



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς
Journal of Philosophy



n. 47 Janeiro- Abril de 2025

**O TRIUNFO DA INTRANSIGÊNCIA:
OLAVO DE CARVALHO E O CONSERVADORISMO CULTURAL
BRASILEIRO**

Leomir Cardoso Hilário¹
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO: Olavo de Carvalho permaneceu durante décadas nas margens do debate público brasileiro, sendo ridicularizado em diversas ocasiões. No entanto, trabalhando consistentemente durante décadas com ensino e intervenções, manteve sua posição inabalada até que, a partir de 2016, deslocou-se para o centro da política brasileira, tornando-se influente na agenda nacional e internacional brasileira por meio de seus ex-alunos que ocuparam cargos importantes. Como compreender seu pensamento? Como lidar com o seu legado? O que ele trouxe de novo? No que reside a força que garantiu permanência de suas posições durante décadas?

PALAVRAS-CHAVE: direita; neoliberalismo; conservadorismo cultural; Olavo de Carvalho.

**THE TRIUMPH OF INTRANSIGENCE:
OLAVO DE CARVALHO AND BRAZILIAN CULTURAL
CONSERVATISM**

ABSTRACT: Olavo de Carvalho remained for decades on the margins of Brazilian public debate, being ridiculed on several occasions. However, working consistently for decades with teaching and interventions, he maintained his position unshaken until, from 2016 onwards, he moved to the center of Brazilian politics, becoming influential in the Brazilian national and international agenda through his former students who held important positions. How can we understand his thinking? How can we deal with his legacy? What new things did he bring? In what lies the strength that ensured the permanence of his positions for decades?

KEYWORDS: right wing; neoliberalism; cultural conservatism; Olavo de Carvalho.

A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (Gramsci, 2007, p. 184).

1.

Intransigente é aquele que não transige, que não faz concessão, que é rígido na observância de seus princípios. Opõe-se ao condescendente, isto é, àquele que cede ou

¹ Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor efetivo do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGPSI-UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8259-867X>. E-mail: leomir@academico.ufs.br.

consente com qualquer coisa por interesse, lisonja, complacência, bondade, temor ou fraqueza, renunciando assim sua superioridade ou dignidade. “A direita intransigente” foi uma expressão escolhida por Perry Anderson (2012), num pequeno ensaio da década de 1990, para aglutinar quatro pensadores fundamentais do conservadorismo pós-guerra: Carl Schmitt, Leo Strauss, Friedrich Hayek e Michael Oakeshott.

Esses quatro intelectuais, oriundos de disciplinas distintas – economia (Hayek), direito (Schmitt), filosofia (Strauss) e história (Oakeshott) – foram atraídos para e pela política de seu tempo. O diagnóstico por eles comungado pode ser resumido de maneira esquemática da seguinte forma. O século XX foi marcado por três grandes projetos: o comunismo, o nazismo e o Estado de Bem-Estar Social (ou democracia de massas). Todos podem ser considerados variantes sintomáticas de uma mesma patologia da política moderna: a tendência de predomínio da coletividade sobre a individualidade. A partir desse princípio ético-político fundamental, os quatro intelectuais se posicionaram contra o liberalismo antes dessa tríade político-ideológica do século XX se estabelecer, de modo que a ascensão e consolidação do assim chamado totalitarismo e a democracia de massas não os fez aquiescerem em suas posições, diferentemente de outros intelectuais.

Eles dobraram a aposta, o que lhes custou o reconhecimento público ampliado, tornaram-se ilustres desconhecidos cuja repercussão é ínfima diante de intelectuais centristas como John Rawls e Jürgen Habermas. Se a “indústria acadêmica” teve êxito em marginalizá-los do debate letrado, de maneira paulatina eles foram se consolidando na esfera pública, como se a força de seu posicionamento encontrasse no desenrolar histórico a confirmação da razão de seus argumentos. A obstinação deles em restringir os perigos da coletividade finalmente encontrou a sua hora histórica, nessa primeira quadra do século XXI, compondo hoje uma força política que não pode mais ser ignorada.

Esse quarteto europeu da direita intransigente tinha atrás de si uma longa tradição filosófica. Isso talvez explique sua força e durabilidade, de modo que lhe foi possível permanecer durante tanto tempo nas margens para somente agora assumirem uma forma mais hegemônica. Essa história anterior teve pelo menos quatro etapas. A primeira foi a reação à afirmação da igualdade perante a lei e os direitos civis em geral, materializadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada pela Revolução Francesa de 1789. O livro “Reflexões sobre a Revolução na França”, de

Edmond Burke, publicado em 1790, pode ser considerado como o ponto de origem dessa tradição conservadora.

Essa primeira onda inaugurou a defesa de uma modalidade específica de contrato social. Nesse, não é que o homem nasce mal e a sociedade o corrompe, mas sim que se efetiva um compromisso entre várias gerações, atualizando-se por meio de uma parceria entre os mortos, os vivos e os que ainda nascerão. Esse compromisso se orienta para a manutenção de bens da humanidade que não podem ser destruídos por egoísmo ou imprudência. É um compromisso moral com as realizações da humanidade, uma espécie de permanente continência a uma ordem superior trans-histórica. Em uma palavra: trata-se de uma obediência ao desígnio divino. Dessa maneira, mais do que um contrato, é uma tutela, uma linha de obrigação que nos conecta aos que nos deram o que temos, de modo que nossa obrigação existencial é garantir a extensão dessa linha para as gerações vindouras.

Por isso, não há nada na sociedade que deva ser melhorado, mas sim mantido, conservado, cuidado. A escolha da expressão “Revolução na França”² e não “Revolução Francesa” condensa essa perspectiva: as forças revolucionárias não são endógenas à civilização, mas algo que, desde fora e de maneira postiça, toma de assalto a França. Isso significa dizer que a Revolução não era uma insurreição genuína do povo francês, mas o produto de uma manipulação perpetrada por grupos de intelectuais que possuíam uma agenda específica, jacobina, e que se reuniam secretamente em salões fechados para elaborar seus planos de dominação. De tudo isso se depreende que a revolução apenas poderia causar mais violência, mortes, barbárie e destruição. É preciso notar que o livro foi publicado em 1790, portanto antes do Termidor, o que confere ao diagnóstico burkeano uma precisão singular naquele momento, embora isso não queira dizer que fosse o único possível nem o mais certo.

O fato é que Burke é o *croupier* da tradição conservadora, ou seja, é ele quem dá as cartas que tornam possíveis os jogos argumentativos da direita intransigente. A carta mais fundamental é esse “contrato social burkeano”. Esse pacto nos legou um conjunto de bens que devem ser salvaguardados, de modo que existe uma essência beneficente na sociedade civil. Isso faz com que nosso propósito no mundo não é “satisfazer nossos apetites, mas prestar obediência ao decreto divino” (Kirk, 2020, p. 114). Essa carta pode

² O título original do livro é “Reflections on the Revolution in France and on the Proceedings in Certain Societies in London Relative to that Even: in a Letter Intended to Have Been Sent to a Gentleman in Paris, The Works of The Right Honorable Edmund Burke”. Traduzido para o português como “Reflexões sobre a Revolução em França”, por Ivone Moreira. Cf. Burke (2015).

ser resumida numa “ortodoxia cristã”, que, claro, pode assumir outras nomenclaturas mantendo o cerne da crença numa autoridade transcendental diante da qual devemos nos curvar. A fórmula sintética de Russell Kirk (2020, p. 85) é ilustrativa: “a essência do conservadorismo social é a preservação das antigas tradições morais da humanidade”. A humanidade apenas se salvará da anarquia resultante do radicalismo coletivista pela veneração ao divino e pela fidelidade à sabedoria consagrada pelas gerações.

A segunda onda se opôs ao sufrágio universal e se situa cronologicamente do último terço do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, o evento marcante foi a Comuna de Paris de 1871. Sua contribuição foi a de menosprezar as massas e as aspirações para um regime democrático. Seu principal expoente foi Hippolyte Taine. Ele deslocou a preocupação conservadora do caráter manipulativo racionalmente orientado de determinados grupos radicais para a mentalidade patológica, inaugurando assim uma chave psicopatológica de leitura dos movimentos revolucionários. Graças a ele, o conservadorismo pôde repetir desde então argumentos de que os revolucionários são perversos, criminosos, pedófilos e toda sorte de adjetivos pejorativos, exemplo brasileiro disso é a série “A Face Oculta”, do Brasil Paralelo, cujo objetivo é deslegitimar moralmente uma série de intelectuais e movimentos, como Paulo Freire, Michel Foucault, Sigmund Freud, o feminismo etc.

Outro intelectual relevante dessa geração foi Gustave Le Bon (2016). Sua argumentação se concentrava num desprezo pelas massas, considerando-as como agentes históricos que não possuíam nenhuma capacidade de produzir algo positivo para a humanidade. Além disso, opôs indivíduo e massa, considerando o primeiro como sinônimo de razão, diálogo, pensamento, civilidade etc., e o segundo como sinônimo de barbárie, violência, incivilidade etc. Isso significa que os atributos da massa são opostos aos do indivíduo isolado. Assim, Le Bon fundou um saber científico chamado “psicologia das massas”, a partir do qual defendia seus pressupostos ideológicos na forma do discurso científico. Por exemplo, trazendo a noção de contágio bacteriológico da biologia de Louis Pasteur para o campo da sociedade, ele argumentou como ocorria um processo de contágio na massa, fazendo com que todos os indivíduos fossem contaminados pelas mesmas ideias e posicionamentos. Reeditou, portanto, a ideia central dessa tradição: as massas francesas do final do século XIX seriam a materialização do domínio da coletividade sobre o indivíduo.

A terceira onda foi a crítica ao Estado de Bem-Estar Social Europeu, com vistas a sua modificação ou destruição. Seu principal expoente foi Friedrich Hayek e o

acontecimento histórico fundamental foi a aparição do stalinismo, do nazismo e do fascismo. O diagnóstico por ele formulado se baseava no pressuposto de que a expansão do Estado sobre a vida social desencadeia necessariamente a tendência de emergência do totalitarismo, de modo que a única maneira de proteger a sociedade civil contra o autoritarismo seria a expansão e garantia do livre-mercado. O neoliberalismo se via como uma reação libertária à servidão totalitária, com ele e Milton Friedman como maiores ideólogos, além de Margareth Thatcher e Ronald Reagan como maiores políticos.

Em termos de retórica política, essas ondas estabeleceram três grandes teses centrais. Primeira, a *tese da perversidade* ou do efeito perverso, a qual consiste em afirmar que a ação proposital para melhorar um aspecto da vida social apenas serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. Isso significa que a tentativa de empurrar a sociedade num determinado sentido faz com que ela se mova na direção contrária. Cada uma das ondas bateu nessa mesma tecla: na primeira, a tentativa de produzir a liberdade total desembocou numa dominação geral da coletividade sobre o indivíduo; na segunda, a busca pela democracia radical pelos revolucionários socialistas provocou o surgimento de tiranias sangrentas; e, por fim, na terceira, o esforço dos programas de bem-estar social criaram mais e não menos pobreza. Isso significa que, em política, todos os tiros saem pela culatra.

Segunda, a *tese da futilidade*, segundo a qual as tentativas de transformação social são infrutíferas e não conseguem deixar nenhuma marca duradoura que não seja negativa. Terceira, a *tese da ameaça*, cujo argumento é o de que o custo de uma reforma significativa ou de uma mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior. Ou seja, ainda que a proposta seja desejável em si, acarreta inevitavelmente custos ou consequências inaceitáveis de um ou outro tipo. Para dar um exemplo bem brasileiro, a instauração das cotas raciais, apesar de sua motivação honrosa de lidar com os efeitos da escravidão, apenas reproduziriam, segundo os conservadores, um aprofundamento das discriminações, tanto durante o percurso de formação do aluno cotista quanto depois, pois ninguém gostaria de ser atendido ou fazer uma cirurgia de alta complexidade com um médico cotista. Dessa maneira, as cotas, pensadas com benevolência e altruísmo, produziram um rebaixamento do serviço de saúde, ameaçando assim o já precário serviço.

Quem propôs essa cartografia foi Albert Hirschman (2019) que a chamou de “retórica da intransigência”, um conjunto de argumentos que se repetem ao longo da

história da modernidade, adequando-se aos contextos específicos, mas defendendo sempre as mesmas coisas: tradição, moral, individualidade etc. No entanto, ele deixou de fora o que pode ser vista como uma quarta onda conservadora, gestada no final do século XX e consolidada no início do século XXI.

O presente texto é uma tentativa de compreender essa última onda conservadora, de como ela reatualiza os pressupostos da direita intransigente apresentada por Perry Anderson e também de como ela atualiza a retórica intransigente apresentada por Hirschman. Para isso, me dedico à leitura de Olavo de Carvalho, que me parece ser o sol ao redor do qual orbita a forma brasileira da nova direita. Tomarei como sua contribuição fundamental a trilogia composta por: “A Nova Era e a Revolução Cultural” (1994), “O Jardim das Aflições” (1995) e “Imbecil Coletivo” (1996).

Aqui sigo a leitura de Roger Scruton (2021) segundo a qual o conservadorismo surgiu primeiro como uma hesitação no interior do liberalismo para depois se consolidar como uma doutrina e filosofia, sempre mantendo sua posição marginal. Nos Estados Unidos, contrastaram suas posições com as dos liberais clássicos que se focaram na economia de mercado, na manufatura e no livre comércio, enquanto eles continuaram motivados pela visão de comunidades estabelecidas e unidas em uma “nação sob Deus”, ligadas à terra e à família, construindo suas cidades como centros de civilização. Na França, como vimos, Edmund Burke permaneceu refratário à Revolução Francesa, ao contrário de outros liberais que viram nela traços positivos.

Por questões históricas específicas brasileiras, um conservadorismo desse tipo não foi possível num país como o nosso, carente de revoluções e rupturas. Não se produziu entre nós nenhum Oakeshott, Hayek ou Eliot. É esse vácuo que Olavo de Carvalho tenta preencher e também a partir dele trazer uma contribuição conservadora ao Brasil contemporâneo. Os termos, hoje usuais, como “nova direita” ou “direita alternativa” (*alt-right*), não dão conta dessa posição intransigente característica do conservadorismo. Ele pode, como o fez recentemente, aliar-se com tais movimentos, mas sempre procura resguardar suas diferenças, o que explica a aproximação e afastamento dos olavistas em relação ao projeto bolsonarista, emulando a relação clássica entre liberalismo e conservadorismo.

Olavo de Carvalho pode ser localizado no interior do “conservadorismo cultural” e que pode ser definido como uma tentativa de levar o conservadorismo político para a arena da literatura, das artes e da vida acadêmica, escapando também debate puramente econômico (Scruton, 2021). A inovação de Olavo de Carvalho foi, então, a de propor

um conservadorismo cultural adequado à realidade brasileira a partir do fundamento da intransigência. Isso lhe garantiu se conceber a si mesmo como *outsider*, defendendo uma posição *antisistema* na filosofia brasileira. Sem o talento estético de seus ídolos do exterior, dotado de uma escrita confusa e uma retórica bélica, o que lhe restou foi ser uma espécie de propagandista quase solitário da direita intransigente para o público brasileiro. E isso foi feito de maneira competente.

2.

Intelectual prolífico, Olavo de Carvalho escreveu inúmeros textos, ensaios, artigos, o seu Curso de Filosofia Online conta com mais de quinhentas aulas ao longo quatorze anos. Ele se tornou um intelectual que não pode mais ser ignorado, principalmente depois da relevância pública de alguns de seus ex-alunos, discípulos ou entusiastas, como Filipe Martins, Allan dos Santos, Ernesto Araújo, Abraham Weintraub, Bernardo Küster, Marco Feliciano, Flavio Morgenstern, dentre muitos outros. Além desses intelectuais, posso citar também “empresas militantes” como o Brasil Paralelo, que conta com cerca de 300 mil assinantes³ e atua como uma *think tank ultraliberal*⁴. Ou, ainda, fenômenos editoriais como a série “Guia Politicamente Incorreto”, que se destinaram a exercitar um revisionismo histórico sobre temas importantes da sociedade brasileira, como a escravidão e a música popular brasileira.

Olavo de Carvalho, na chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2019, atuou como uma espécie de consultor e conselheiro, indicando nomes de seus ex-alunos para cargos importantes da política presidencial, bem como colocando sua influência em favor do projeto bolsonarista. Embora, antes de falecer, em janeiro de 2022, ele tenha manifestado críticas duras⁵, foi com a ascensão de Bolsonaro ao poder que Olavo de Carvalho consolidou o seu lugar no interior da esfera pública brasileira, depois de décadas atuando nas margens. Mais do que uma pessoa ou um intelectual, Olavo de Carvalho representa uma aclimação daquela direita intransigente em terras

³ O Brasil paralelo não quer que você leia esta entrevista:

<https://www.intercept.com.br/2022/05/19/brasil-paralelo-entrevista-historiadora-leandro-ruschel/>. Acesso em 22 jun. 2024.

⁴ Os think tanks podem ser definidos como instituições permanentes de pesquisa e/ou divulgação de ideias que procuram informar e influenciar instâncias governamentais e a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas. Ver Think tanks ultraliberais e a nova direita brasileira: <https://diplomatie.org.br/think-tanks-ultraliberais-e-nova-direita-brasileira/>. Acesso em 22 jun. 2024.

⁵Enfia a condecoração no c...!': frases de Olavo de Carvalho sobre Bolsonaro.

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/01/25/de-apoiador-a-critico-de-bolsonaro-veja-frases-de-olavo-de-carvalho.htm>. Acesso em 22 jun. 2024.

brasileiras. Essa é a razão mais basilar de por que devemos lê-lo e considerá-lo interlocutor legítimo nos debates sobre o Brasil atual.

A experiência formativa de Olavo de Carvalho traz elementos comuns de sua geração que vivenciou momentos históricos decisivos da nação brasileira. Nascido em 1947, experimentou a possibilidade de uma modernização alternativa do Brasil e o golpe de 1964, da mesma maneira que testemunhou a reabertura democrática, os escândalos de corrupção que derrubaram Fernando Collor de Mello, bem como a derrocada do socialismo real no leste europeu, a estabilização centrista pós-política de Fernando Henrique Cardoso, seguida pelo neoliberalismo progressista de Lula e o mensalão, continuado pelo colapso do petismo de Dilma Rousseff, atravessado pelas jornadas de Junho de 2013 e o golpe de 2016, chegando finalmente a ascensão de Bolsonaro ao poder, em 2019.

Como muitos outros de sua geração, Olavo de Carvalho se filiou ao Partido Comunista Brasileiro, período em que também se aproximou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e conheceu nomes como José Dirceu e Rui Falcão, duas históricas do PT⁶. O próprio Olavo de Carvalho não só nutriu esperanças no PT como votou em Lula para presidente⁷.

A importância da geração na experiência formativa de Olavo de Carvalho é salientada por ele mesmo. Em “O Jardim das Aflições”, ele comenta como essa geração levou a fundo a experiência da solidão e do exílio, nos anos que se seguiram a 1968. Esmagados os ideais de uma esquerda nacionalista, que davam um sentido de participação histórica aos intelectuais brasileiros, a debandada que se seguiu ao Ato Institucional nº 5 levou muitos à evasão pelas drogas, embriaguez erótica, pela pseudomística oriental importada da Califórnia: “Marx e Guevara foram trocados por Allan Watts e Timothy Leary” (CARVALHO, 2015, p. 131). O protesto aberto desapareceu das letras e canções da Música Popular Brasileira, dando lugar à lamentação melancólica, como por exemplo em “Felicidade”, de Caetano Veloso, ou a interpretação de Elis Regina de “Casa no campo”.

⁶Essas informações biográficas estão disponíveis no site do Brasil Paralelo:

<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/quem-e-olavo-de-carvalho>. Acesso em 22 jun. 2024.

⁷“Durante algum tempo, nutri a insensata esperança de que o PT expeliria de si o veneno gramsciano e se transformaria no grande partido socialista, ou trabalhista, de que o Brasil precisa para compensar, na defesa do interesse dos pequenos, o avanço neoliberal aparentemente irreversível no mundo, e propiciar, pelo sadio jogo de forças, o movimento regular e harmônico da rotatividade do poder que é a pulsação normal do organismo democrático. Movido por essa ilusão, votei em Lula para presidente” (CARVALHO, 2014, p. 24).

Por um lado, então, parte dessa geração teria se tornado instauradora do “marxismo cultural” na sociedade brasileira, agindo na conformação das mentes ao projeto socialista por meio de formas sutis, sub-reptícias. Por outro lado, outra parte reagiu de maneira patológica à privação da liberdade de ação para a transformação do país. Teriam caído numa depressão profunda que está na base da descrença em relação a valores tradicionais como Deus, pátria e família. Tal qual um melancólico autodestrutivo, essa geração derrotada estaria disposta a acabar com tudo, transformando o mundo a sua imagem e semelhança, um lugar de dor e sofrimento.

Em suma: privados da liberdade de agir exteriormente e incapazes de verdadeira vida interior, os intelectuais entraram em depressão. É da depressão dos letrados que nasce o atual negativismo brasileiro, que eles agora diagnosticam como se fosse um mal que lhes vem de fora, sem se dar conta de que eles mesmos o produzem. A projeção, já dizia o Dr. Freud, é o melhor expediente para nos livrar de culpas que nossa consciência rejeita (CARVALHO, 2015, p. 117).

Ofendidos pela ditadura, os intelectuais brasileiros tiveram uma reação desproporcional e mórbida. Não conseguindo derrubar o governo, interiorizaram a revolta, puseram-se a derrubar a família, a moral, a gramática, a personalidade humana, os sentimentos, o respeito pela civilização, tudo aquilo que adorna e enobrece a vida, para disseminar em seu lugar um espírito de revolta nietzscheana e de cinismo nelsonrodriguesco. Há duas décadas eles vêm submetendo o público brasileiro a um estupro psicológico, sempre em nome, é claro, do combate à ditadura (CARVALHO, 2015, p. 119).

Ele propõe uma periodização dos intelectuais brasileiros no século XX. Por um lado, aqueles da “Era Vargas”, maciçamente de esquerda, mas que aliaram sua luta com o antifascismo, unindo-se a intelectuais de várias tendências, como marxismo, humanismo, personalismo cristão e outras que se opunham à barbárie. Nesse momento, em suas palavras, “puderam identificar-se ao menos parcial e temporariamente com os mais elevados valores que a humanidade herdou de milênios de civilização”. Essa intelectualidade esquerdista, da qual Graciliano Ramos é o ponto mais alto, tinha ideais positivos, valores, normas e ética. Por outro lado, aqueles intelectuais da “Era Médici”, cuja inspiração exterior foi marcada pelo “apelo suicida do guevarismo”, pela “codificação marcuseana do desespero”, pelo “anti-humanismo de Foucault” e de todo o “deprimente cortejo de negativismos” brotados do “nietzscheização da esquerda”.

Esse balanço inicial que ainda contém um elogio à esquerda vai cedendo lugar à identificação do progressismo com o que há de pior na história e na sociedade. As

intervenções públicas de intelectuais progressistas passam a serem vistas como jogadas elaboradas cuja lógica só pode ser descoberta à luz de um xadrez complexo. O exemplo que mais marcou Olavo de Carvalho foi José Américo Mota Pessanha, filósofo e professor expulso da docência que trabalhou na Editora Abril, editando a coleção extremamente influente chamada “Os Pensadores”. Pessanha buscava transformar a filosofia em uma arma política influente na cultura brasileira.

3.

A posição olavista nessa geração é de exterioridade e inovação. Ele entende que precisa estabelecer praticamente do zero (ou de influências estrangeiras) os seus argumentos. Em “A Nova Era e a Revolução Cultural”, de 1994, ele afirmou que seus únicos antecessores brasileiros seriam Darcy Ribeiro, Mário Vieira de Mello e Gilberto Freyre. Contudo, ao primeiro, critica sua base filosófica marxista; ao segundo, recrimina por não ter ido mais além da Revolução Francesa, Renascimento e Reforma; ao terceiro, também parece criticar sua volta histórica ao tempo das grandes navegações. Esses estudiosos da identidade brasileira não fornecem boas respostas. “Estou, portanto, sozinho na jogada, e posso alegar em meu favor o temível mérito da originalidade” (CARVALHO, 2014, p. 10).

A hipótese de trabalho desse livro é a de que a geração derrotada pela Ditadura Militar, forçada a abandonar seus sonhos de chegar ao poder pela luta armada, se dedicou a revisar a sua estratégia à luz dos ensinamentos de Antonio Gramsci. De modo que “a conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da História nacional nos últimos trinta anos” (CARVALHO, 2014, p. 23).

Em sua leitura, Lênin foi o teórico do golpe de Estado, enquanto Gramsci o “estrategista da revolução psicológica que deve preceder e aplainar o caminho para o golpe de Estado” (Carvalho, 2014, p. 56). Com Gramsci, a esquerda brasileira teria aprendido uma tecnologia capaz de disseminar na cultura os valores socialistas, convencendo aos poucos o povo brasileiro, até que, quando viesse a instauração do comunismo, as resistências estivessem neutralizadas e todos aceitariam o novo regime com naturalidade: “o gramscismo espera chegar ao poder quando já não houver mais ideias adversas no repertório mental do povo”. Por isso que “a revolução gramsciana está para a revolução leninista assim como a sedução está para o estupro” (CARVALHO, 2014, p. 57).

Essa operação é compreendida por Olavo de Carvalho como sendo o conceito gramsciano de “hegemonia”, lido por ele como “o domínio psicológico sobre a multidão”, recuperando as teses fundamentais de Taine e Le Bon, mas aplicando ao Brasil. A genialidade de Gramsci teria sido a de considerar o senso comum o alvo primordial da implementação do comunismo. Esse “aglomerado de hábitos e expectativas, inconscientes ou semiconscientes” governam o cotidiano das pessoas. O senso comum identifica-se com a própria realidade, sendo composto de consensos que dispensam o raciocínio e orientam a conduta quase automática dos sujeitos. A hegemonia, lida dessa maneira, se faz por uma pluralidade de canais de atuação cujo objetivo é injetar imperceptivelmente na mentalidade popular novos sentimentos, novas reações, novas palavras, novos hábitos, que aos poucos modificam a direção do eixo da conduta (CARVALHO, 2014, p. 63). Ela seria “o prelúdio psicológico da tomada de poder”. Essa estratégia é chamada de “agressão molecular” e significa que a ideologia burguesa não é combatida somente no campo aberto dos confrontos ideológicos, mas principalmente no terreno discreto do senso comum:

O gramscismo é menos uma filosofia do que uma estratégia da ação psicológica, destinado a predispor o fundo do “senso comum” a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como “burgueses”, valores e princípios milenares (CARVALHO, 2014, p. 77).

Mas, quais seriam as condições que tornaram possível a influência de Gramsci no Brasil, dada a sua nocividade? Olavo dá três respostas. A primeira é a predisposição da intelectualidade brasileira ao recebimento de novas ideologias exportadas desde fora sem que se tenha vivenciado a tradição filosófica que as antecedeu. Isso significa que ao mesmo tempo em que não tínhamos uma boa tradução de Aristóteles, na década de 1960, já tínhamos disponíveis as obras completas de Gramsci. Curioso é que ele não tenha feito para si mesmo essa consideração e se perguntado como teria sido possível a afirmação da direita intransigente entre nós sem a sua base filosófica anterior. A segunda é que a geração da luta armada foi derrotada e ficou desorientada, incapaz de formular outra estratégia, aderindo a Gramsci “quase por automatismo, sonambulicamente, levada pela carência de opções”. A terceira, por fim, seria a natureza dessa filosofia, isto é, sua intenção de disseminar em vários campos da cultura seu desejo de transformação da sociedade.

O próprio autor considera esse livro uma “abreviatura para principiantes”. Reconhece, também, que a análise feita de Gramsci é superficial (CARVALHO, 2014,

p. 29). Apesar dessas autocríticas, foi esse livro que consolidou no Brasil a ideia de um “marxismo cultural”, ou seja, a predominância das ideias socialistas nas universidades, na mídia e na cultura brasileira. Mais do que isso, a acusação de que a esquerda transformou a cultura numa máquina de guerra, também possibilitou a própria direita intransigente instaurar uma “guerra cultural”.

O objetivo dessa modalidade de guerra é instaurar aquilo que Johan Chapoutot (2023) chamou de “revolução cultural”, ou seja, um empreendimento de rejuvenescimento do homem pela volta às origens, à natureza, às tradições. Talvez seja melhor denominado como uma *guerra cultural com objetivo de restauração da ordem*. Por isso, não raro essa direita intransigente pinta o mundo como um ambiente decaído no caos social e desordem moral provocados pela esquerda. A intransigência aqui tem duas funções: a primeira é colocar as coisas como se a direita já tivesse recuado demais, renunciado a seus princípios e agora não cabe ceder em mais nada, somente avançar. A segunda é a de trabalhar em cima de um sintoma sociopsicológico, o desejo de catástrofe, de que o mundo acabará cedo ou tarde, se não fizermos nada para impedir aqueles que são culpados por isso. A intransigência aqui é um modo de vida, um fechar-se em si mesmo e partir para a ação no mundo como quem vai para um embate final. Por isso que Adorno (2020) o chamou de “radicalismo de direita”, pois se trata de uma formulação conservadora que se propõe acabada sem possibilidade de reforma interna, encontrando caminho de desenvolvimento apenas em sua própria expansão.

O conceito de “marxismo cultural” – que condensa retroativamente toda a ideia exposta no livro “A nova Era e a Revolução Cultural” – é elaborado de maneira paranoica⁸. Freud empreendeu uma crítica psicanalítica da filosofia, compreendendo que as dimensões totalizantes e sistematizantes no discurso filosófico poderiam ser aproximados ao mecanismo da paranoia⁹. Isso faz muito sentido no caso do pensamento de Olavo de Carvalho, porque também aqui se pode observar essa “mania do sistema”, de encontrar uma verdade oculta por trás da multiplicidade confusa de fenômenos e instituições aparentemente desconexas, descortinando, assim, uma lógica do todo.

⁸ Não é difícil encontrar demonstrações públicas de paranoia nas aparições de Olavo de Carvalho. Cito uma. Em 15 de outubro de 2020, ele compareceu ao programa Morning Show, da Jovem Pan. Em um determinado momento, ele afirma que “eu estou sendo atacado há quase 30 anos. A coleção dos ataques feitas a minha pessoa é de 30 mil matérias. Um negócio absurdo. Nunca houve, na história do mundo, um ataque tão vasto a um indivíduo isolado”. Apesar disso, não é minha intenção reduzir a sua obra ao seu psiquismo.

⁹ “Pode-se arriscar a afirmação de que uma histeria é uma caricatura de uma obra de arte, uma neurose obsessiva, a caricatura de uma religião, e um delírio paranoico, de um sistema filosófico” (Freud, 2009, p. 120).

Tudo se passa como se, ainda que o socialismo realmente existente tenha sido derrotado, o marxismo cultural seria sua continuidade por outros meios. A derrota teria se dado no campo da economia, por exemplo, mas no campo da cultura ela teria sido vitoriosa. Assim, o marxismo cultural é uma opção consciente e organizada da esquerda diante de sua derrota histórico-política. Essa organização geral e internacional possuiria uma agenda bem organizada: a imposição da ideologia de gênero, bem como do politicamente correto, agora categorizado pela direita de “ideologia *woke*”, além de muitas outras formas de controle moral. Embora derrotada, a esquerda continuaria a comandar a produção da cultura a nível mundial.

Diante do discurso paranoico, as tentativas de desmontá-lo são inúteis, pois a cada nova reflexão se confirma para o sujeito paranoico aquilo que ele mesmo elaborou. Se, diante desses reforçamentos ideativos, as contestações continuarem mantendo bons argumentos, logo o paranoico afirmará estar diante de um cúmplice da lógica do todo, por isso seu empenho em desmontar a fantasia paranoica e projetará nesse o mais sincero ódio destrutivo.

Toda paranoia começa por um dado concreto, inconteste, e a partir dele a fantasia se faz produtiva. No caso de Olavo de Carvalho, é curioso que ele não cite um intelectual de sua geração que é o maior gramsciano brasileiro, Carlos Nelson Coutinho¹⁰. Nascido em 1943, em Itabuna, Bahia, graduou-se em filosofia entre 1961 e 1965, enquanto era militante do PCB. De inclinação crítico-literária nos anos 1960, exilou-se em Bolonha, na Itália, e lá recebeu forte influência do PCI. Foi o editor das obras de Antonio Gramsci, publicadas pela editora Civilização Brasileira.

Ora, a julgar pelo diagnóstico olavista da presença decisiva do gramscismo na sociedade e cultura brasileira, então Carlos Nelson Coutinho foi um dos presidentes do PT? Foi, talvez, um prefeito, deputado, senador da legenda? Ou, atuando como professor, Carlos Nelson Coutinho então teria se dedicado a uma atuação na esfera pública brasileira de maneira ampliada, demarcando a posição gramscista, em entrevistas em grandes rádios, participação em mesas redondas *mainstream*? Nada

¹⁰ Uma das poucas menções foi feita no seu perfil do Facebook, no dia 17 de julho de 2017, onde ele afirmou: “Na esquerda, só conheci dois tipos com quem podia conversar seriamente sobre marxismo: o veterano jornalista Nabor Caires de Brito e o então estudante de Direito Roberto Negrão de Lima. Mas havia outros, com os quais não cheguei a conviver pessoalmente, como Carlos Nelson Coutinho, José Guilherme Merquior (era esquerdista na época) e Otto Maria Carpeaux. Comparada com a direita atual, a esquerda dos anos 60 era uma nova Academia de Platão”. Ao longo dos vários volumes publicados de “O Imbecil Coletivo” pode-se encontrar algumas poucas referências a Carlos Nelson Coutinho, mas nunca uma reflexão mais profunda ou demorada, e quase sempre como mais um nome numa lista de intelectuais de esquerda.

disso. Carlos Nelson Coutinho se notabilizou como um grande professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo sua influência circunscrita ao âmbito acadêmico e alguns movimentos sociais de esquerda. A última vez que o vi foi em 2011, no lançamento dos *Grundrisse*, de Karl Marx, ao lado de seus amigos Zé Paulo Netto e Virgínia Fontes, num auditório da UERJ. É verdade que Carlos Nelson Coutinho foi filiado ao PT por alguns anos. Também é verdade que seu ensaio seminal – “A democracia como valor universal” – advogava por um socialismo democrático. Mas, nem de longe, suas ideias foram expressas no projeto petista ou assumiram uma forma cultural hegemônica no Brasil.

Contra essa simples contestação – de que é no mínimo estranho que da hegemonia gramscista brasileira não participe o maior gramsciano que nós tivemos –, não é difícil prever que digam os olavistas que o *gramscismo* é apenas um modo de falar da dominação ideológica da esquerda na cultura brasileira, de modo que Gramsci pode ser trocado por Marx, Escola de Frankfurt etc. Aqui, mais uma vez, o mecanismo da paranoia se faz presente, o dado objetivo de realidade é deslocado pela fantasia paranoica para outros eventos que supostamente confirmem a crença fundamental, deixando-a incólume após investidas para contestá-la.

Apesar desse componente paranoico, “A Nova Era e a Revolução Cultural” procura produzir um diagnóstico da cultura brasileira, enquanto tal ele ainda permite alguma refutação. No segundo livro de sua trilogia, Olavo de Carvalho parece ter percebido um pouco desse disparate em relação a Gramsci e buscou ampliar seu diagnóstico juntando muitos outros fenômenos¹¹. No entanto, em vez de amenizar, esse gesto transformou o componente paranoico do livro anterior num “furor paranoico”, no interior do qual agora existe um complô extremamente organizado que orchestra a decadência civilizatória da modernidade, possuindo tentáculos internacionais que atravessam o Brasil.

4.

Epicuro viveu no século III d.C numa Grécia reduzida a um pedaço do Grande Império Macedônico. Não havia mais o sentido de cidadania que a democracia

¹¹ “Boa parte do que hoje se chama cultura é apenas a reprodução elaborada e pedante desse estado de espírito. Ideologias como o gramscismo, o neopragmatismo de Richard Rorty, o neoepicurismo, o “novo modelo de linguagem” de David Bohm, são a legitimação “filosófica” de uma patologia: não conseguindo mais instalar-se na realidade em que viveram nossos antepassados, os intelectuais começam a produzir realidades postizas, seja criando-as em laboratório, seja construindo-as por deduções de um artificialismo sufocante, seja levando as massas a encená-las no palco da política, com muita violência e muito sangue para dar verossimilhança a um enredo delirante” (CARVALHO, 2015, p. 115).

ateniense permitia a alguns, nem mais a condição de reunião desses cidadãos numa assembleia para discutir e produzir as leis. Nesse momento, as leis vinham de cima para baixo, diretamente da vontade de Filipe ou de Alexandre e todos são súditos desse soberano, tendo que se curvar a sua vontade. Sem liberdade política, em momentos de repressão da liberdade pública, há, no entanto, todo um universo a ser trabalhado, o mundo interior como objeto de libertação pessoal. Assim, a filosofia epicurista afirma que mesmo em tempos da adversidade, o homem pode e deve ser feliz, pode e deve procurar o prazer, pois ele nasceu para a felicidade e o prazer, para isso ele está destinado.

O prazer e a felicidade, agora bens estritamente pessoais, devem ser conquistados distante das turbulências da sociedade e do universo político. O grande campo de batalha a ser conquistada é a guerra interior. Enquanto para Sócrates, Platão e Aristóteles, o *ethos* estava enraizado na polis, em volta da “virtude política”, para Epicuro ele se enraíza no homem individual, privado. Epicuro questionou a identificação do homem com o cidadão, condenando a política como utilidade, proclamando a excelência de viver escondido, separado e longe do tumulto da vida pública. Enquanto Sócrates ensinou nas praças públicas, onde homens livres se encontravam, Platão e Aristóteles fundaram escolas, Epicuro escolhe um edifício com um jardim, situado longe do barulho da vida civil e próximo do silêncio do campo. José Américo Motta Pessanha chamou esse projeto de “as delícias do Jardim de Epicuro”.

Pessanha apresentou essa sua leitura de Epicuro numa noite de maio de 1990, durante o ciclo de debates sobre ética que a Secretaria Municipal de Cultura promoveu no Museu de Arte de São Paulo, depois publicado na forma de livro pela Companhia das Letras e organizado por Aduino Novaes. Na plateia, estava Olavo de Carvalho, cuja alma foi profundamente perturbada por essa intervenção. Ele conta que chegou em casa meia-noite e varou a madrugada anotando objeções e protestos, contra a vontade consciente de adormecer e esquecer. Tais pensamentos brotavam em sua mente “como reações de um organismo febril à invasão de uma toxina”. Para ele, esse pequeno ciclo de debates sobre Ética foi um evento articulador de uma “reforma da inteligência brasileira”, cujo objetivo é “instaurar como fundamento da cultura um novo corpo de crenças, que pela repetição acabarão por se tornar consensuais” (CARVALHO, 2015, p. 365). Dessa maneira, Olavo viu a conferência de Pessanha como um “ato político perfeitamente coerente com a cosmovisão das esquerdas, com os valores que a sustentavam e com os objetivos que ela determinava”(CARVALHO, 2015, p. 384). Com

o objetivo de perverter o senso ético da população brasileira, rebaixando-o a instrumento a serviço de fins políticos imediatos, a ética epicurista tinha sido um grande achado.

A julgar pelo texto publicado na coletânea, a intervenção de Pessanha não tem nada de tão extravagante, pode ser lida como uma brilhante exposição filosófica de Epicuro, feita com parcialidade apaixonada. É claro que entre intervenções faladas e o produto escrito existe sempre uma distância, às vezes o orador se permite certas ousadias perante o auditório que não se deixa levar no texto escrito. Olavo de Carvalho (2015, p. 156) diz que Pessanha fez da sua palestra um ato político na medida em que provocou a união da massa contra um inimigo comum indefinido, fantasmagórico e elástico, que poderia ser tanto Platão quanto Collor de Mello, a Ditadura Militar e a filosofia de Santo Agostinho, a corrupção reinante e a tradição historiográfica que preferiu Aristóteles a Epicuro. Essa junção de problemas define a “persuasividade quase hipnótica” de Pessanha.

Ele não era um doutrinador que metia na cabeça das pessoas uma ideia, mas sim “um feiticeiro que as adocece, debilitando suas inteligências para que nunca mais atinem com a ideia certa”. Resultado desse encontro de Olavo de Carvalho com Pessanha é o seu livro chamado “O Jardim das Aflições”, que também dá nome ao documentário sobre sua obra, lançado em 2017 e dirigido por Josias Teófilo. O ponto central que parece ter incomodado profundamente Olavo de Carvalho foi a transposição do ensinamento fundamental de Epicuro – o de que devemos abandonar todo empenho para reformar a sociedade e nos retirarmos para a vida contemplativa e solitária do campo – para o contexto político daquele momento. De modo que a ética epicurista fosse um remédio eficaz para a corrupção reinante no Brasil. Fazer isso seria o mesmo que “recomendar a fuga para longe dos credores como método eficaz de saldar as dívidas”.

A lógica de Epicuro, ao seu ver, não se destina à busca pela verdade, mas sim a produção de consolações fictícias. Dessa forma, sua filosofia se voltaria somente para um embotamento proposital da inteligência. O epicurismo é o antepassado de todas as forças regressivas do mundo atual, como pragmatismo, neopositivismo, marxismo, a Nova Era etc. Na modernidade, existe um conjunto de técnicas modernas de manipulação da psique que deixariam a ética epicurista no chinelo, pois produzem uma “escravidão psicológica”.

Repassando grandes psicólogos como Ivan Pavlov e Leon Festinger, Olavo de Carvalho compreende que o homem moderno está preso num “círculo de linguagem publicitária”, pois sua imaginação não tem outra fonte para buscar inspiração senão nos modelos de conduta propalados pela comunicação de massa. Ocorre aqui uma aclimatação da tese conservadora de uma manipulação das mentes através de técnicas formuladas por elites de intelectuais progressistas:

A culminação de cem anos de pesquisas sobre o domínio psíquico do homem pelo homem é alcançada no momento em que todas as elites — as que estão momentaneamente no poder e aquelas que lutam para conquistá-lo — se unem num pacto contra a liberdade da consciência individual, consagrando as técnicas de manipulação psicológica e de estimulação contraditória como armas legítimas e aceitáveis na luta das idéias (CARVALHO, 2015, p. 117).

Ao lado dessa cultura de massa que promove o embotamento do homem, atuam também os intelectuais que reduzem a cultura a uma “reprodução elaborada e pedante desse estado de espírito”. Não conseguindo mais se instalar na realidade, os intelectuais começam a produzir realidades postiças, criando um mundo “em que a ação política se tornou um escapismo para alívio das mentes imaturas e em que fantasias mais extravagantes são celebradas como formas de protesto contra o mundo mau” (CARVALHO, 2015, p. 116).

Exercitando sua paranoia filosófica, Olavo de Carvalho pergunta por que, Marilena Chauí, a mais eminente intelectual do PT na época, então titular da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, se interessou pelo tema da ética senão por ter “sólidas razões políticas”. Haveria um laço entre esse ciclo de debates e a grande campanha da Ética que congregou diversos setores contra Fernando Collor de Mello:

O fato de a campanha da “Ética” ter conquistado sua principal vitória com a derrubada de Collor me fez imaginar, por um tempo, que a tagarelice moralizante não era outra coisa senão um expediente improvisado para fins de política rasteira: eliminar a trapaça financeira multicolorida para instaurar em seu lugar a trapaça ideológica vermelha. Parecia-me extravagante a hipótese de que em 1990, mal decorridos alguns meses da posse do presidente, os estrategistas da esquerda pudessem já estar preparando um golpe mortal a ser desferido na carreira do sr. Collor de Mello. Por geniais que fossem, não era verossímil que àquela altura, sem quaisquer sinais visíveis de corrupção no governo, pudessem ter em vista com tanta antecedência, a futura transformação da campanha da ética numa campanha contra Collor (CARVALHO, 2015, p. 372).

Como todo bom paranoico, Olavo de Carvalho fala de sua grande ideia – a ligação entre um pequeno ciclo de debates organizado por intelectuais progressistas e uma grande confabulação nacional. Ele continua:

Mas em agosto de 1993 veio pelos jornais a notícia da existência de uma rede petista de informações: chefiados pelo deputado José Dirceu, técnico em espionagem treinado em Cuba, centenas de militantes-delatores formavam um serviço secreto particular infiltrado em ministérios, polícia, empresas estatais e bancos. Esta notícia dava retroativamente sustentação àquela hipótese que eu rejeitara como um tanto paranoica. Com efeito, não era nada absurdo supor que a pequena KGB já dispusesse, no início de 1990, de indícios suficientes para justificar a esperança de um dia poder montar um Collorgate, vingando a humilhação que o pernóstico bon-vivant infligira às esquerdas, e particularmente à pessoa do sr. Luís Inácio Lula da Silva. Enquanto os “arapongas” prosseguiam suas investigações, a campanha pela “Ética” já iria preparando uma atmosfera psicológica propícia a ampliar o efeito moral do escândalo quando estourasse (CARVALHO, 2015, p. 372).

Esse parágrafo diz do funcionamento paranoico do pensamento de Olavo de Carvalho. Seja como for, o livro começa com o “Jardim das Delícias” de Epicuro – assim formulado por Pessanha – e termina com a manipulação das massas, totalitarismo do Estado moderno, domínio da cultura pela esquerda, enfim, com o “Jardim das Aflições”. Há aqui uma assunção de uma filosofia da história conservadora que consiste num longo desenrolar de uma queda moral da humanidade. Nessa perspectiva, os períodos históricos anteriores são melhores e superiores do que o atual. Olavo de Carvalho chega a elogiar o período feudal. Para ele, o senhor feudal tinha seu poder limitado por toda sorte de laços e compromissos de lealdade mútua com seus servos, enquanto o homem poderoso da modernidade está distante de seus dominados. Por outro lado, o servo também tinha o direito de ir e vir, sem passaportes ou vistos, sem ser revistado na alfândega. Tinha, também, o direito de mudar de território, caso seu senhor lhe desagradasse. Por fim, “se caísse na mais negra miséria, tinha as terras da Igreja, onde todos eram livres para plantar e colher, um direito milenar” (CARVALHO, 2015, p. 349). Por culpa da Revolução Francesa, as terras foram tomadas da Igreja e vendidas aos burgueses, o que gerou populações de sem terra que foram para as cidades formar o proletariado moderno. A negação radical da existência da escravidão no Brasil é uma realidade que precisa ser excluída para que tal argumento faça algum sentido.

Nessa filosofia da história, forjou-se uma “super-ideologia” que congrega esquerda e direita em torno do objetivo comum de destruição civilizacional, pois “o

mercado tem um potencial escravizador tão grande e perigoso quanto o do Estado” (CARVALHO, 2015, p. 363). Com isso, ele atualiza a intransigência característica do conservadorismo, se colocando para além do mercado e do Estado, da direita e da esquerda.

5.

O livro que fecha a trilogia se chama “O imbecil coletivo”, foi lançado em 1997. Composta por textos escritos entre 1992 e 1996. Em geral, são intervenções geralmente curtas, de caráter público e polemista, que se concentram no tema da “alienação da nossa elite intelectual, arrebatada por modas e paixões que a impedem de enxergar as coisas mais óbvias”. Ao contrário dos dois livros anteriores, não fornecem um diagnóstico coerente mas se assemelham a “observações esparsas” a partir de um ponto de vista sólido sobre a cultura. Essa pegada produziu vários volumes: “O imbecil juvenil” (vol. 2); “O leão e os ossos: o que restou do imbecil” (vol. 3); “O irracional superior” (vol. 4); “A morte do pato” (vol. 5); “A felicidade geral da nação” (vol. 6); e, por fim, “O camarada Enrolevich” (vol. 7). A imensidão de textos impossibilita uma visão completa de conjunto, embora ele tenha proposto esse fio condutor da alienação da elite intelectual. Todos os volumes são coletâneas de suas intervenções jornalísticas.

“O imbecil coletivo” consolida o método de Olavo de Carvalho: um acontecimento cultural como ponto de partida da reflexão desenvolvida com o objetivo de investigar a ordem geral que lhe dá a lógica e julgá-lo de acordo com as “exigências de uma cultura superior”. No Partido Comunista, o intelectual coletivo fazia parte de um quadro superior interno, a *intelligentsia*. Com a queda do socialismo real, “o espírito do intelectual coletivo vazou do corpo moribundo do comunismo para a intelectualidade em geral”. Dessa maneira, para Olavo, o imbecil coletivo condensa esse fenômeno no qual a vida intelectual se reduz à “mútua interconfirmação de crenças, preconceitos, sentimentos e hábitos dos membros do grupo letrado. Tribaliza-se”. O Brasil, para ele, é a terra desse intelectual coletivo, ao qual ele denomina imbecil coletivo. Seu maior dano à nação é a produção de uma *irrealidade compartilhada*.

Gostaria de elencar, tomando como objeto essas intervenções mais curtas (algumas reunidas nesses volumes supracitados, outras não) três temas importantes elaborados por Olavo de Carvalho que capitanearam o crescimento da nova direita brasileira, são eles: a ligação entre esquerda e crime organizado; a identificação das lutas identitárias ao processo de destruição da civilização; a afirmação de que a educação brasileira é, na verdade, um projeto de esquerda camuflado.

5.1.

Publicado como apêndice a “Nova Era e a Revolução Cultural”, o artigo “As esquerdas e o crime organizado” estabelece o argumento segundo o qual haveria uma afinidade histórica entre ativistas e criminosos. Essa afinidade histórica teria evoluído para uma ampla coalizão entre o projeto socialista e o banditismo. Partindo do livro “Comando Vermelho. A História Secreta do Crime Organizado”, de Carlos Amorim, ele levanta a hipótese de que o Comando Vermelho nasceu da convivência entre criminosos comuns e ativistas políticos dentro do presídio da Ilha Grande, entre 1969 e 1978.

Ele adiciona a essa hipótese outro “fato histórico” que seriam os períodos anteriores em que essa convivência se deu: em 1917, com as primeiras detenções de agitadores sindicalistas e anarquistas; depois em 1935 após a Intentona Comunista. Seria parte do programa de dominação da esquerda o esforço sistemático e constante dos comunistas para doutrinar os criminosos e levá-los à luta política.

Em “Bandidos & Letrados”, ele argumenta que não conhece “nenhum livro brasileiro no qual a polícia tenha razão, no qual se exaltem as virtudes da classe média ordeira e pacata, no qual ladrões e assassinos sejam apresentados como homens piores do que os outros”. Nelson Rodrigues, Chico Buarque, Graciliano Ramos, por exemplo, endossariam esse grande consenso brasileiro em torno da humanização do delinquente ou romantização do erro. Essa *intelligentsia* compreende que “o banditismo é um reflexo passivo ou inocente de uma sociedade injusta ou a expressão ativa de uma revolta popular fundamentalmente justa”. Existiria então uma “Máfia Gramsciana”, título de outro pequeno artigo de 1999.

Esse fundamento filosófico-polemista de Olavo de Carvalho serviu de base para, pelo menos, duas investidas do bolsonarismo: a primeira em relação à morte de Marielle Franco, onde a propaganda bolsonarista espalhou inúmeras notícias falsas sobre ligações dela com o crime organizado, reduzindo o assassinato a uma querela banditista. A segunda foi em outubro de 2022, quando se acusou Lula de usar um boné preto em que estava escrito a sigla CPX em vermelho, cujo significado real era “Complexo”. No entanto, a propaganda bolsonarista espalhou a narrativa segundo a qual a sigla significava “cupincha” (propositalmente eles erravam a grafia para “cupinxa” para dar mais sentido à paranoia), que quer dizer “comparsa de crime”.

O objetivo dessa campanha era, numa espécie de *gramscismo de direita*¹², promover uma solidificação no senso comum da ligação entre PT e crime organizado pela repetição constante de notícias falsas, como as de que houve comemoração nos presídios depois da vitória de Lula, vídeos que não aparecia data, local ou identificação das pessoas filmadas. A contribuição de Olavo de Carvalho foi a dessa estratégia de inculcar no senso comum esse elo entre esquerda e crime¹³.

Olavo se esforçou por negar a existência de um livro como “Cidade de Deus”, de Paulo Lins, de 1997, que serviu de base para o premiado filme homônimo de 2002. Ali, não há um olhar romântico ou condescendente com os pobres favelados. O que se exhibe ali é uma competição encarniçada entre os de baixo contra si mesmos. Como bem disse Roberto Schwarz (1999), vemos sujeitos empenhados violentamente na realização do sonho regressivo da apropriação direta de bens contemporâneos de consumo, de “sujeitos monetários sem dinheiro”. Mas, como Olavo de Carvalho poderia dizer que um livro cuja publicação foi impulsionada pelo maior teórico crítico de sua geração seria um ponto fora da curva? Como se nota mais uma vez, a paranoia olavista precisa selecionar muito bem o que vê para que seu sistema funcione.

5.2.

Por diversas ocasiões, Olavo de Carvalho criticou o que chamou de “ideologia gayzista”, considerando o homossexual uma pessoa equilibrada, saudável e madura, enquanto um “gayzista” jamais o seria. O “movimento gayzista” seria caracterizado por colocar o desejo homoerótico acima dos valores morais superiores. Esse movimento compõe as outras forças culturais da esquerda: “A elite neste país, como aliás na Europa e nos Estados Unidos, é acentuadamente feminista e gayzista”. Em 2007, num texto chamado “Apoiose da burrice nacional”, Olavo de Carvalho situa o “gayzismo” ao abortismo, feminismo e a eutanásia como elementos do projeto globalista, cujo objetivo seria a supressão da tradição religiosa judaico-cristã. Em outro texto, “A nova religião nacional”, também de 2007, afirma que “a ideologia gay é a forma mais ambiciosa de

¹² Alguns intelectuais têm usado essa expressão, como Lincoln Secco e Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, por exemplo. Eu a considero frutífera e certa, apenas faço a observação de que a própria ideia de um “gramscismo” se refere à leitura conservadora de Gramsci.

¹³ No momento em que termino a escrita desse texto, Pablo Marçal cresce nas pesquisas de intenção de voto para a prefeitura de São Paulo, saindo de 1% de intenção de votos para 21%, estando empatando tecnicamente com Rodrigo Nunes (MDB) e Guilherme Boulos (PSOL). Para conter esse avanço, Tabata Amaral (PSB), também candidata, então com 10%, veiculou um vídeo de campanha ligando Marçal e seu partido ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Independente de se essa conexão existe ou não, o problema é como essa carta foi posta na mesa por Olavo de Carvalho, constituindo-se como uma linha de força importante no debate público eleitoral. Nesse momento, o que ocorre é um uso dessa “carta olavista” pela direita contra a direita.

radicalismo totalitário que o mundo já conheceu”. Nessa perspectiva, o movimento gay é uma ideologia com projeto de poder.

Esse fundamento filosófico, ideológico e paranoico, junto com outras fontes religiosas, serviu de base para a grande campanha contra a “ideologia de gênero” no Brasil, que promoveu em novembro de 2017 o ataque a Judith Butler, no aeroporto de Congonhas. Em agosto do mesmo ano, em rede nacional, Jair Bolsonaro exibiu um livro que comprovaria a tese de que havia um “Kit Gay”, ou seja, um conjunto de práticas de ensino, orientações sexuais etc., ensinados nas escolas públicas brasileiras para crianças pequenas.

Nesse exemplo, o pensamento olavista também atuou como inspiração da propaganda bolsonarista, fornecendo-lhe o objeto que se deveria atacar, bem como a narrativa ideológica ampla. Numa dessas ironias da História, o olavismo se transformou naquilo que ele mais criticava, ou seja, numa força ideológica cujo objetivo é o de manipular o senso comum e impor narrativas fantasiosas sobre o existente. Além disso, tais posições olavistas constituíram a base ideológica motivadora de ações de violência, como a censura efetuada por alunos que gravavam aulas de professores sem o consentimento deles.

5.3.

O último argumento de Olavo de Carvalho que gostaria de destacar aqui é o de que as universidades públicas brasileiras são redutos do pensamento de esquerda. Ele afirma que “o Partido domina as universidades”, monopolizando a atividade cultural e “marginalizando e achincalhando toda criação ou pensamento independente”. Em sua fórmula, a universidade se tornou fábricas de imbecis coletivos e analfabetos funcionais. Ela teria se consolidado como elemento principal da estratégia gramsciana de ocupação de espaços e do dirigismo cultural. Ela seria o reduto de doutrinação marxista, um aparato de produção de profissionais que espalhariam a palavra do comunismo também nas escolas.

Dessa maneira, as instituições de educação, universidade e escolas, seriam trincheiras centrais na guerra cultural do conservadorismo brasileiro. Olavo de Carvalho defende essa tese de uma decadência da universidade brasileira desde 1998, pelo menos. Em seu texto “O pai da porcária”, ele subscreve a posição de Otto Maria Carpeaux de que existe um “proletariado intelectual” nas universidades, ou seja, uma espécie de *establishment acadêmico* cujo objetivo é dar vazão às ideias socialistas, sem nenhum compromisso com a ciência ou a verdade.

Novamente, essas reflexões olavistas serviram de fundamentação para práticas violentas. Por um lado, um ex-aluno de Olavo de Carvalho, Abraham Weintraub ocupou o Ministério da Educação por cerca de um ano para empreender essa guerra cultural contra a educação. No final de 2019, ele argumentou que existiam plantações de maconha cultivadas nos campi das universidades públicas brasileiras. Durante seu mandato, contingenciou recursos para a educação. Onyx Lorenzoni, então Ministro da Casa Civil, em rede nacional, utilizando dados falsos¹⁴, citou a Universidade Federal de Sergipe como exemplo de má gestão de recursos públicos, endossando a tese básica olavista de que a universidade é um antro de incompetentes corruptos. Novamente, a estratégia propagandista foi, em ambos os casos, a de sedimentar no senso comum a ideia de que a educação é um campo de propagação ideológica do que há de pior.

Com essas três frentes – identificação da esquerda com o crime organizado; identificação de movimentos sociais com a destruição da cultura; e, por fim, a identificação do campo amplo da educação a um programa político-cultural de esquerda e instauração de um espaço social moralmente reprovável – o conservadorismo cultural brasileiro se consolidou como uma força propositiva, saindo de seu lugar escanteado ou minorizado do debate público. Sua força é fazer isso mantendo a sua *intransigência* originária por meio de posições radicais, enquanto a esquerda (entendida aqui como um amplo espectro progressista) aposta na *condescendência*, recuando cada vez mais em suas pautas históricas na esperança ingênua de que tais recuos representem algum avanço mínimo.

6.

Considero que o pensamento de Olavo de Carvalho não deve ser mais ser ignorado no debate público brasileiro. Esse desconhecimento obstinado e orgulhoso por parte da esquerda, que muitas vezes se arvora numa superioridade moral inabalável, apenas tem servido para provocar reações atônitas diante de acontecimentos que já vem sendo gestado há décadas. Os exemplos dos ataques à esquerda, aos movimentos sociais e à educação, demonstram como o progressismo brasileiro, que acredita vê tudo do seu altar esclarecido, na verdade está experimentando a contemporaneidade como quem está num quarto absolutamente escuro, tateando desesperadamente com as mãos, esbarrando-se violentamente em móveis que já estavam no quarto há tempos.

¹⁴ “Onyx Lorenzoni usa dados falsos sobre a UFS para atacar as Universidades Públicas”: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/obterArquivoItem/4984> . Acesso em 30 ago. 2024.

Passado um quarto de século, não é exagero afirmar que a tendência é a de que o conservadorismo se consolide hegemonicamente em vários países do mundo, inclusive no Brasil. O que tem feito o conservadorismo vencer e o levará a uma vitória histórica duradoura neste século é, dentre muitos outros fatores, a *intransigência*, essa capacidade de não abrir mão de seu programa, de seus princípios e de sua forma de enxergar o mundo, forçando seus opositores a recuarem¹⁵. Enquanto as outras forças políticas, em especial as diversas formas de liberalismo e da esquerda, compreendem que a tarefa é a de manter o que existe. Por isso, ambas se unem numa *estratégia política defensiva*, liberando o espaço importante da *revolta* para ser ocupado pelo conservadorismo.

Durante muitos anos, Immanuel Wallerstein (2002; 2012) defendeu que o capitalismo, como os sistemas sociais anteriores, teve um início e terá um fim. Argumentava, também, que desde 1990 o capitalismo havia entrado numa crise estrutural profunda da qual a única certeza é a de que ele não poderá sobreviver após ela e o que não é possível saber é o que virá depois. Essa crise durará até entre 2025 e 2050. Essa crise estrutural instaura uma bifurcação sistêmica: por um lado, o que ele chamou de “Espírito de Davos” que almeja um sistema diferente do capitalismo, mas que mantenha suas três características essenciais, a saber, a hierarquia, a exploração e a polarização; por outro lado, o “Espírito de Porto Alegre” que anseia por um sistema que nunca existiu e que seja democrático e igualitário.

Tendo esse diagnóstico em mente, termino esse texto sugerindo algo que o tempo o está confirmando: o que aconteceu foi o colapso do liberalismo, que em outras dimensões também liberou o espaço para a radicalização das posições conservadoras no debate público. Se isso for verdade, então a atual estratégia da *esquerda condescendente* será, no fim das contas, uma tentativa de se empenhar em manter o liberalismo respirando por aparelhos, emprestando-lhe a sua força. O preço a ser pago, muito possivelmente, será uma dupla derrota cujo vencedor será o conservadorismo.

Referências Bibliográficas:

Adorno, T. Aspectos do novo radicalismo de direita. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

Anderson, P. A direita intransigente. In Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias. São Paulo: Boitempo, 2012.

Carvalho, O de. A Nova Era e a Revolução Cultural. Campinas: Vide Editorial, 2014.

¹⁵ Indico a leitura de Michael Lessnoff (2001), que lê essa tradição como um “liberalismo combatente”, composta por Oakeshott, Hayek, Popper e Isaiah Berlin.

- Carvalho, O de. O Jardim das Aflições. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- Carvalho, O de. O Imbecil Coletivo. Campinas: Vide Editorial, 2021.
- Chapoutot, J. A revolução cultural nazista. Rio de Janeiro: da Vinci, 2023.
- Freud, S. Totem e Tabu, Contribuição à História do Movimento Psicanalítico e outros textos. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- Gramsci, A. Cadernos do Cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Le Bon, G. Psicologia das multidões. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- Lessnoff, M. La Filosofía Política del Siglo XX. Madrid: Akal Ediciones, 2001.
- Hirschman, A. A retórica da intransigência. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- Kirk, R. A mentalidade conservadora de Edmund Burke a T. S. Eliot. São Paulo: É Realizações, 2020.
- Scruton, R. Conservadorismo: um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- Schwarz, R. Sequências brasileiras. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- Wallerstein, I. Após o liberalismo. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Wallerstein, I. A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui?. In *Via Atlântica*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 15–26, 2012.